

149 Julio Thadeu Kettelhut
150 Presidente

Diane Mara F. V. Rangel
Relatora

problema do tempo, porque se não aprovarmos esta proposta , será necessário aprovar nova reunião para avaliar. Dr. Devanir coloca a vantagem de se chamar o Termo de Referência como anexo para agilizar. Dr. Roberto defende manter a redação fazendo referência ao Termo de Referência que poderá ser ajustado posteriormente. Dra. Anicia sugere que o Termo de Referência deverá ser aprovado no âmbito do Comitê. Dra. Isaura colocou a preocupação da Resolução não explicitar o conteúdo mínimo. Dr. Julio coloca a necessidade de se conseguir uma alternativa que seja de consenso e propõe: 1º Ampliar texto da Resolução e eliminar Termo de Referência (esgota o assunto na própria resolução); 2º Ampliar e explicitar o que está dúbio e citar como referência o Termo de Referência. Dra. Anicia propôs que façamos a convergência aprovando a 2ª proposta. Dra. Isaura coloca que é necessário ampliar porque a versão 8 está enxuta demais .Dra. Maria Luiza colocou que para constar na Resolução é necessário que o Termo de Referência tenha número e seja referência legal. Dr. Julio colocou que é necessário discutirmos o conteúdo pois até agora só discutimos forma. Dr. Julio propõe intervalo para almoço e que se trabalhe nesse período uma nova proposta. Dra. Fátima compromete-se a remeter por e-mail o Termo de Referência para os integrantes das Câmaras Técnicas . Após o intervalo, a reunião inicia-se com Dra. Diane presidindo e Dra. Anicia relatando. Colocadas todas considerações, foi acordado por consenso que a 2ª alternativa atende a todas os setores, contendo a ampliação e especificação. Dra. Fátima ficou de remeter até o dia 27.11.00, uma nova versão da Resolução incluindo artigos com especificações mínimas e diretrizes gerais, bem como, alterações do § 1º colocando como apenas uma consulta do Termo de Referência. Foi acatada proposta de inclusão de artigo apresentado pela Dra. Isaura na reunião da Câmara Técnica de outorga. Agendada nova reunião da Câmara Técnica Institucional, Legal e Câmara Técnica de Procedimentos e Ações de Outorga e Regulação para o dia 09.11.2000 às 9.30 horas, para discussão da nova Proposta de Planos. Passou-se a discutir a seguir a versão 5, de 18.10.00, da Proposta de Resolução de Diretrizes para outorga de uso da água, seguindo-se a ordem dos artigos. Após várias discussões foi aprovado o texto da Proposta de Resolução de Outorga (Anexo II). Dr. Julio voltou a presidir a reunião colocando em pauta a análise da Proposta de Decreto que regulamenta a Lei nº 9.433, de 1997. Dra. Maria Luiza solicitou questão de ordem, colocando que este decreto refere-se apenas a rios de domínios da União, pois os critérios gerais devem ser definidos, conforme art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Dra. Maria Luiza coloca que esse decreto, como está vai contra a Lei. Dr. Julio colocou que vamos considerar a análise do conteúdo técnico. Dr. Roberto sugeriu que o início deveria ser mudado para tirar o caráter nacional e tratar dos rios de domínio federal. Dr. Roberto Monteiro coloca que há um *mix* entre regulamentação nacional e federal neste decreto. Dr. Julio propõe que a análise da minuta de Decreto seja avaliada nos termos da Proposta de Resolução de Outorga sendo os artigos e dispositivos que foram aprovadas pela Resolução (desde que não conflite) permanece a redação da Resolução. Dr. Julio propõe que se estabeleça no título do cap. II seja: Da outorga de direitos de uso de recursos hídricos de domínio da União. A discussão será feita da seguinte forma: 1º Suprimir o que se refere aos Estados; 2º Redação que for similar e não conflita fica o que estiver no próprio Decreto, e se for mais restritivo que a Resolução pode e deve permanecer. Foi discutido até o artigo 20, devendo ser agendada nova reunião para continuar a análise. Dr. Julio deu por encerrada a reunião e agradeceu a presença e o empenho de todos.

colocar em discussão primeiro a Proposta de Resolução de Planos de Recursos Hídricos, o que foi aprovado. Em seguida foi iniciada a discussão da Proposta de Resolução de Diretrizes para elaboração de Planos de Recursos Hídricos. Dra. Isaura questionou a necessidade de ter na Resolução a referência ao Termo de Referência para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, questionou ainda que a Proposta anterior de Resolução era mais detalhada, podendo ser usada como documento único. Dr. Júlio solicitou que o Dr. Devanir fizesse os esclarecimentos, após as explicações, Dra. Martha colocou que solicitou no início das discussões dos Planos a referência ao Termo de Referência, como um documento básico de consulta. Dra. Isaura colocou então que seria importante ter anexo na Proposta de Resolução um resumo do Termo de Referência básico para elaboração de Planos. Dr. Julio informou que havia um grupo que acreditava não ser necessário numa norma com diretrizes para Planos pois achavam que engessaria o trabalho, entretanto é necessário para interligar os dados das bacias; a fim de fazer o gerenciamento é fundamental que se tenha diretrizes com conteúdo mínimo. Dr. Devanir pediu a palavra e informou que há muitas variações que não constariam no Termo de Referência. Dr. Julio falou que para ele constar, diagnóstico de recursos hídricos, já está claro do que se trata. Dra. Isaura argumentou dizendo que quem lida com diversos órgãos de meio ambiente sabe que cada um entenderia e faria diferente e finalizou dizendo que deveria haver um documento que deve estar entre o que contém a Proposta de Resolução e o que contém o Termo de Referência e finalizou dizendo que deve conter um anexo com diretrizes gerais. Dr. Alexandre colocou que o Plano da Bacia seria uma síntese dos Planos de Bacia setoriais, agora a questão de proposição também seria setorial. Dr. Devanir informou que o Plano trabalha disponibilidade e demanda e faz uma proposição das ações setoriais através das Audiências Públicas. Dr. Airton colocou que cada setor usuário faz seu planejamento setorial e o Plano de Bacia é mais do que a junção dos planos setoriais. Dra. Martha colocou que cada setor vai ter seu plano de ação setorial que devem estar contidos no Plano de Bacia. Após as discussões Dr. Julio fez uma Proposta de encaminhamento: 1º Ampliar a Resolução incluindo as diretrizes mínimas; 2º Tornar o Termo de Referência obrigatório, portanto contido no texto da Resolução; 3º Ampliar e recomendar a consulta ao Termo de Referência. Dr. Julio colocou que é necessário tomar muito cuidado para não engessar demais. Dr. Devanir colocou que a inclusão do Termo de Referência no texto da Resolução foi solicitada pelos Estados. Dra. Isaura lembrou que é esta Câmara o local para fechar as propostas de Resolução antes de ir para Plenário. Dr. Airton colocou que é necessário encaminhar e colocou que na sua opinião deve-se ter uma diretriz básica anexada à Resolução. Dra. Martha colocou que sua preocupação é se ter referenciado o Termo de Referência mas sem amarrar. Dr. Roberto propõe uma alternativa: colocar na Resolução a referência ao Termo de Referência como indicativo de procedimento e ter uma diretriz geral. Dr. Duarte colocou que se engessar ficará impossível mas que é urgente ter uma referência básica, que deverá ser dada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mesmo que a solução não seja ótima, o importante é que haja uma diretriz. Dra. Anicia colocou que concorda plenamente com o Dr. Devanir e que há consenso quanto à necessidade de agilização na aprovação de diretrizes gerais a serem estabelecidas no âmbito da Resolução e que ainda contempla a observância de sugerir o Termo de Referência anexo básico. Dr. Julio coloca as alternativas: 1º Aprovar a Resolução como está, sendo obrigatório considerar o Termo de Referência; 2º Não constar da Resolução o Termo de Referência e ampliá-la no que for necessário; 3º Ampliar o detalhamento na Resolução e ainda fazer referência ao Termo de Referência sem obrigatoriedade. Dra. Martha coloca o

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.

DATA: 25/10/2000 **Início:** 10:40 horas **Término:** 18:50 horas

PARTICIPANTES :

Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Ministério dos Transportes - Representante: Mauri Cunha Lima (mauri.lima@transportes.gov.br)
Conselho Estadual Região Sul - Representante: Rejane Beatriz de Abreu e Silva de Lima (rejanebs@zaz.com.br)
Setor Hidroviário – ABANI: José Di Bella Filho (dibella@ulbra-to.br)
ANEEL: Marcos Aurélio Vasconcelos Freitas (mfreitas@aneel.gov.br) e Diógenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)
Conselho Estadual Região Sudeste - Representante: Leila C. Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

CONVIDADOS:

Jorge Pottella Duarte (jpduarte@aesc.com)
Alexander Max Figueiredo de Sá (alexdesa@chesf.gov.br)
Juliana R. Rehfeld (jrehfeld@angloamerican.com.br)
Marcelo Vilela Galo (mvillela@angloamerican.com.br)
José Mendo Misael de Souza (ibram@tba.com.br)
Eber Casado de Araújo (eber@vz.cmm.com.br)
Leandro Quadros Amorin (lqua@mbr.com.br)
Luiz Carlos S. S. Rodrigues Filho (lzcarrod@bndes.gov.br)
Emy Guimarães de Lemos (dpc@montreal.com.br)
Ronaldo Vianna da Silveira (rvianna@bndes.gov.br)
Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)
Agostinho Fernandes Neto (afneto@cvrld.com.br)
Isaura Maria Vieira Pinho (isaura@cvrld.com.br)
Olga Cecília Nunes Souza (olgan@cvrld.com.br)
Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Maria Luiza Weneck (mweneck@mail.cni.org.br)
Celia Cristina Pimenta (celiacristina@zaz.com.br)
Anícia Aparecida B. Pio (apio@sp.gov.br)
Raquel Scalia Alves Ferreira (raquels@aneel.gov.br)
Paulo Roberto Ungaretti (pauloungaretti@terra.com.br)
Demétrios Christofidis (dchristofidis@bol.com.br)
Celso Rodrigues (celso.rodrigues@mma.gov.br)
Luziel Ahy (shaine@zaz.com.br)
Airton Bodstein (bodstein@vm.uff.br)

RELATORA:

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel - SRH (diane.rangel@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

O Presidente da Câmara Técnica para Assuntos Institucionais e Legais, Dr. Júlio Thadeu, abriu a reunião agradecendo a presença de todos, informou que o Presidente da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos de Outorga e Ações de regulação estava ausente por ter compromisso de última hora no Rio de Janeiro. Solicitou a inversão de pauta para